

Congresso reparte dinheiro de Sarney

Nesta semana, parlamentares decidem como gastar mais de 1 bilhão de cruzados novos do orçamento do governo

LUCIANO SUASSUNA

Nessa terça-feira, quando deputados e senadores se reunirem em Brasília para examinar o projeto de lei nº 6, de 1989, muita coisa estará em jogo no plenário do Congresso Nacional. Apelidado de "Jumbão" pelos próprios parlamentares, o projeto é a última repartição de dinheiro a ser feita pelo governo do presidente José Sarney e, ao mesmo tempo, se constitui no primeiro embate real entre os poderes Executivo e Legislativo, desde que o Congresso recuperou, com a nova Constituição, o poder de decidir sobre as Verbas públicas. O Jumbão trata, principalmente, da rolagem de NCz\$ 127,7 bilhões de títulos de dívida interna.

A briga que vai acintecer nesta semana no plenário do Congresso, porém, vai girar em torno do dinheiro previsto para novas obras cerca de NCz\$ 1,2 bilhão que, quando foi solicitado pelo Executivo, há pouco mais de dois meses correspondia a quase 1 bilhão de dólares e hoje só vale metade disso. Nesse pedido está, por exemplo, o dinheiro do projeto Padre Cícero, que prevê investimentos no valor de NCz\$ 184 milhões na região do Polígono da Seca. Também constam NCz\$ 61 milhões para a absorção de dívidas externas contraídas pela Nuclear e até NCz\$ 1,2 bilhão a serem aplicados na segurança dos candidatos à Presidência da República.

A maior parte do dinheiro,

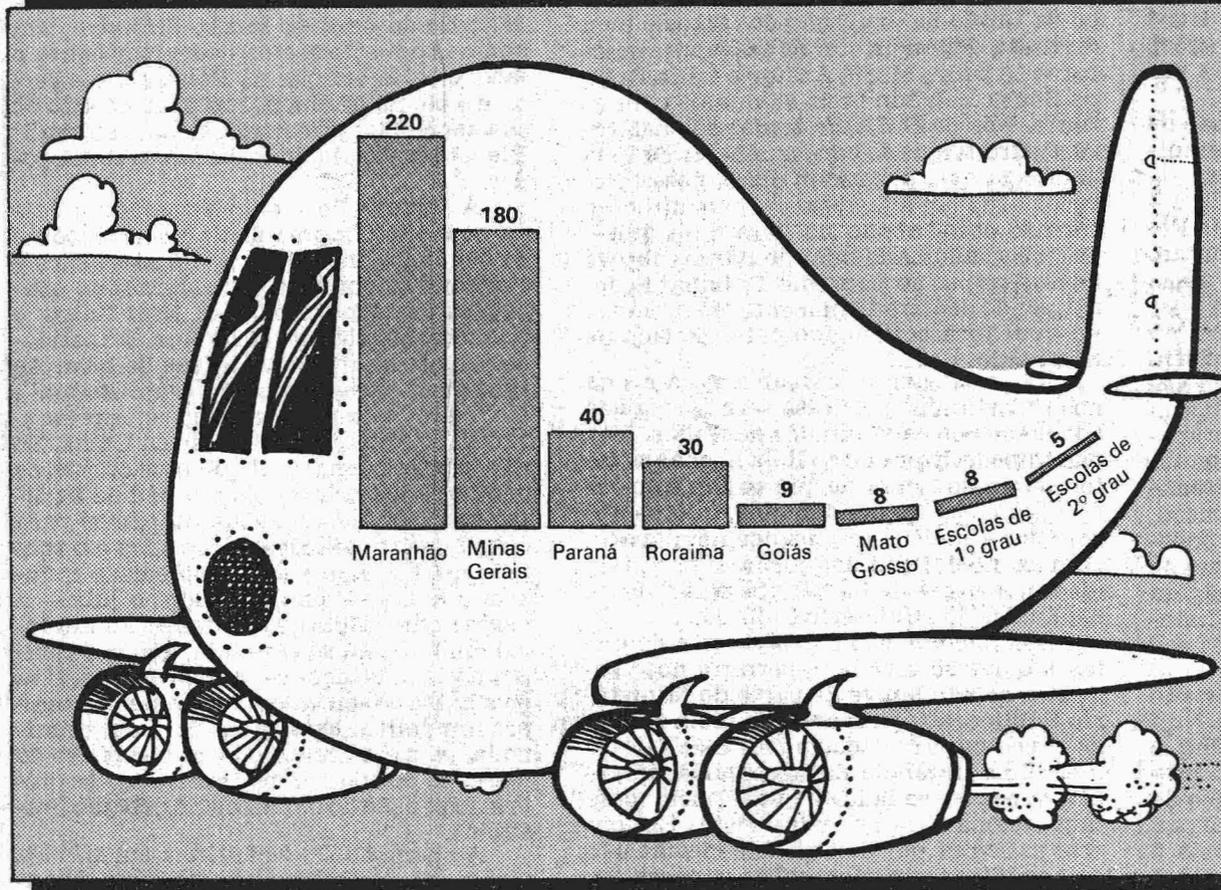
contudo, destina-se a obras rodoviárias. São mais de NCz\$ 800 milhões, incluindo aí os NCz\$ 330 milhões arrecadados com o selo-pedágio e os NCz\$ 500 milhões de uma verba especial solicitada pelo presidente Sarney (veja o quadro). É na luta por esta fatia de dinheiro que Executivo e Legislativo demonstram as virtudes e os problemas gerados pela nova repartição do poder. Se não conseguisse mexer no orçamento, o Congresso veria o Palácio do Planalto enviar metade dos NCz\$ 500 milhões para o Maranhão.

Depois de passar pelas mãos do relator do projeto, deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), contudo, o dinheiro que Sarney pretendia gastar em obras como a estrada que contorna a ilha de São Luís (NCz\$ 9 milhões) ou a ligação, por asfalto, entre as cidades de Timon e Porto Franco (NCz\$ 103 milhões) sofreu, de cara, um corte de 35% e pode se desvalorizar ainda mais quando as 400 emendas ao Jumbão forem à votação no plenário.

Há dois anos, quando mandava como queria no dinheiro arrecadado pela máquina do governo, o presidente tinha um ministro que só não dava mais dinheiro à cidade de Pinheiros, onde nasceu Sarney, porque tinha como prioridade encher o cofre da cidade onde pretendia se eleger prefeito. O ministro era Aníbal Teixeira que perdeu a eleição em Belo Horizonte. Uma das virtudes do novo poder do Congresso é essa. A má repartição do bolo orçamentário, há dois anos acabou tornando Aníbal Teixeira o primeiro ministro na História do País a ser

O vôo do Jumbão

Como o governo Sarney queria distribuir NCz\$ 500 milhões destinados a novas obras (em NCz\$ milhões)



indiciado pelo crime de corrupção passiva. "O jogo agora é aberto", diz o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). "E além de tudo nós podemos fazer correções ao longo das discussões."

Interessado em corrigir os rumos do dinheiro que estava sendo previsto para o seu Estado, o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, determinou ao seu secretário de Planejamento que pressionasse os de-

putados a apresentar emendas pedindo recursos para a construção de estradas. Como o jogo é aberto e as emendas são publicadas no Diário do Congresso Nacional pode-se constatar que as pressões do governador Si-

mon acabaram sendo atendidas por deputados tão distintos como o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, o ex-ministro do Trabalho do governo Geisel Arnaldo Prieto (PFL) e o ex-brizolista Adroaldo Streck, que hoje namora a candidatura do PSDB. "O Jumbão é uma excrecência", diz Streck. "A falta de critérios para a distribuição de dinheiro é um absurdo."

Critério é o que não falta ao deputado Mauro Miranda (PMDB-GO), recordista, com 41 emendas ao Jumbão no valor total de NCz\$ 122 milhões. Três emendas são para o Estado pelo qual o deputado se elege (Goiás), 35 emendas são para o Mato Grosso do Sul, onde seu irmão Marcelo Miranda é governador e outras três atendem o pedido de um amigo — o empresário Froylan Pinto, da construtora Froylan, do Distrito Federal, que tem interesses em estradas do Piauí, Pernambuco e Bahia. "Sei que muitas emendas não devem ser aprovadas, mas eu tenho obrigação de pedir", afirma Mauro Miranda.

O projeto de lei nº 6 ganhou o apelido de Jumbão na véspera do encerramento da sessão legislativa, em julho, exatamente no dia em que ia ser votado pelo plenário. Parlamentares da oposição circularam entre deputados do PFL e do PMDB imitando o som de apito (de mais um trem da alegria e levantando a suspeita de que o dinheiro a ser gasto nestas obras iria encher o cofre das campanhas dos dois partidos. "É quesquito que o governo gaste quase um bilhão de dólares no semestre da eleição", desconfia o senador João Castelo (PDS-MA).

ZE EDU